

A BARBÁRIE DE CRISE DO PROGRESSO CAPITALISTA E O INTERMINÁVEL TEMPO DO FIM

*THE BARBARITY OF THE CRISIS
OF CAPITALIST PROGRESS AND
THE ENDLESS TIME OF THE END*

*LA BARBARIE DE LA CRISIS DEL
PROGRESO CAPITALISTA Y EL
TIEMPO INTERMINABLE DEL FIN*

Ana Carolina Gonçalves Leite
Professora Adjunta no Departamento de
Ciências Geográficas na Universidade Federal
de Pernambuco (UFPE)
carolina.gleite@ufpe.br

Resumo:

O texto foi escrito para atender ao convite para intervenção na mesa “A geografia histórica do capitalismo e o progresso da barbárie” do VIII CBG. Dialogamos inicialmente com a proposta de ementa para a mesa, que sugere a crítica devida dos fundamentos que conectam progresso e barbárie como lados da mesma moeda. A partir disso, enfrentamos de modo ensaístico a pergunta legada pela literatura de Joseph Conrad sobre a implicação da civilização na barbárie colonial: da promoção à representação. Desde aí, desdobramos uma leitura da geografia histórica do capitalismo, crítica a análises espaciais de extração dualista, desigual e combinada e/ou que sustentam a reprodução das condições de acumulação na eterna recriação da acumulação primitiva, territorialmente localizada como espaço de recriação da barbárie. A problematização sugere a necessidade de incluir a dinâmica temporal crítica da reprodução do capital como momento necessário para a crítica da análise espacial centrada apenas na desigualdade, do horizonte progressista de superação e da atual barbárie de crise do progresso do capitalismo mundial.

Palavras-chave: análises espaciais da desigualdade, crítica do desenvolvimento capitalista, dinâmica temporal da reprodução do capital, crise, barbárie do progresso.

Abstract:

This text was written for the panel “The historical geography of capitalism and the progress of barbarism” at the 8th CBG. We discussed the proposed menu, which suggests a critique of the foundations that make progress and barbarism sides of the same coin. We then address the question raised by Joseph Conrad about the implication of civilization in colonial barbarism. Subsequently, we unfold a reading of the historical geography of capitalism, criticizing spatial analyses of dualistic, unequal and combined extraction and/or the eternal re-creation of primitive accumulation as a space for the re-creation of barbarism. The problematization suggests the need to include the critical temporal dynamics of the reproduction of capital as a necessary moment for the critique of spatial analyses focused only on inequality, the progressive horizon of overcoming and the current barbarism of the crisis of progress of world capitalism.

Keywords: spatial analysis of inequality, critique of capitalist development, temporal dynamics of capital reproduction, crisis, barbarism of progress.

Resumen:

Este texto fue escrito para el panel de debate «La geografía histórica del capitalismo y el progreso de la barbarie» en el 8º CBG. Dialogamos con el menú propuesto, que sugiere una crítica de los fundamentos que conectan progreso y barbarie como caras de la misma moneda. Entonces abordamos la cuestión planteada por Joseph Conrad sobre la implicación de la civilización en la barbarie colonial. Después desplegamos una lectura de la geografía histórica del capitalismo, crítica de los análisis espaciales de extracción dualista, desigual y combinada y/o de la eterna recreación de la acumulación primitiva como espacio de recreación de la barbarie. La problematización sugiere la necesidad de incluir la dinámica temporal crítica de la reproducción del capital como momento necesario para la crítica de los análisis espaciales centrados sólo en la desigualdad, del horizonte progresista de superación y de la barbarie actual de la crisis de progreso del capitalismo mundial.

Palabras-clave: análisis espacial de la desigualdad, crítica del desarrollo capitalista, dinámica temporal de la reproducción del capital, crisis, barbarie del progreso.

Introdução

Esse texto foi escrito para atender ao convite para uma intervenção na Mesa Redonda de número 20, última do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG), “AGB 90 anos: Geo-grafando para construir o Brasil”, com o título “A geografia histórica do capitalismo e o progresso da barbárie”, ao lado das Profas. Dras. Alexandrina Luz Conceição e Ana Fani Alessandri Carlos, ocorrido entre 07 e 12 de julho de 2024, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (DG/USP).

A ementa proposta para a mesa destaca o papel da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) durante os últimos 90 anos no delineamento e na consolidação de abordagens teóricas críticas à apologia do desenvolvimento, do progresso e da civilização, engajadas em demonstrar serem esses momentos do processo de valorização do valor e da produção do espaço como mercadoria, com uma atenção especial às análises territoriais. Convoca, além disso, a pensar a barbárie contemporânea que nos assola, de modo a conectá-la com seus fundamentos em busca de uma problematização da forma fetichista e crítica de reprodução social, em sentido mais amplo.

Como ocorre apenas de 10 em 10 anos, intercalando os bianuais Encontros Nacionais de Geógrafas e Geógrafos (ENG), o CBG busca reunir a comunidade geográfica para dialogar sobre pautas hodiernas ao passo que realiza um balanço dos próprios recursos teórico-metodológicos para pensar tais problemáticas, buscando entender como tais limites repercutem inclusive nas dificuldades organizativas da associação. Assim, o espaço é de reflexão crítica e autocrítica, que permita desdobrar gargalos, de

maneira a, no mínimo, produzir novos questionamentos, alargando os horizontes da caminhada.

Esse texto foi escrito em tom mais ou menos coloquial, para ser falado, e para a publicação nos limitamos a ajustes que possibilitassem melhor referenciar as diversas fontes aludidas, sem alterações mais significativas no estilo. Do ponto de vista metodológico, o texto reúne reflexões realizadas nos últimos vinte anos de formação em torno de uma crítica radical do valor, do trabalho, do dinheiro, do patriarcado e do racismo, predominantemente de modo coletivo, nos grupos de estudo realizados no Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo (LABUR/USP), dentre eles, sobretudo no Grupo de Sexta (TOLEDO *et al.*, 2012) – e, posteriormente, numa espécie de prolongamento da mesma estratégia de formação e autoformação primeiro no Laboratório de Estudos Territoriais da Universidade Federal do Espírito Santo (LATERRA/UFES) e depois no Grupo de Segunda, no Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (DCG/UFPE). São considerados, evidentemente, elementos de uma totalidade concreta histórica e/ou atual, de forma ensaística, reunindo elementos como em uma constelação para sustentar as devidas mediações e nexos com as análises teóricas comprometidas com uma crítica radical da socialização cega e tautológica, e por isso tão barbaramente destrutiva, existente.

A revisão de literatura mobilizada remete, por sua vez, a um programa de estudos desses coletivos, voltado ao desdobramento dessa crítica adequada tanto aos dias correntes como à periferia do capitalismo. Algumas sugestões, entretanto, devo mais diretamente ao olhar arguto do amigo e professor Marildo Menegat, em

conversações calorosas sobre a catástrofe que nos aplaca, num encontro no Rio de Janeiro, em maio de 2024, quando ele me chamou a atenção para a novela curta “Um posto avançado do progresso”, de Joseph Conrad, sugestão, dentre outras, que me serviram como uma luva para a conversa que eu gostaria de propor por ocasião do VIII CBG. A ele agradeço as trocas sempre lúcidas e vivazes.

Preâmbulo

É um enorme prazer estar aqui, partilhando desse momento em que a geografia brasileira se reencontra de forma ampliada, com vistas a discussões e balanços do conjunto das suas últimas reflexões. Especialmente se considerados os dez últimos anos que nos separam do CBG ocorrido em Vitória, na UFES. Numa abreviação da sucessão de catástrofes que marcaram esse período, não poderíamos deixar de lado os destroços de junho de 2013, a terra arrasada da Copa e depois das Olimpíadas, o golpe parlamentar, midiático e empresarial contra Dilma, o Governo Temer e seu Teto de Gastos, a vitória da extrema direita no Brasil e seu governo sanguinário, a pandemia global de COVID-19, o avanço brutal do desmatamento, do agro e do garimpo em territórios indígenas e de populações tradicionais bem como do encarceramento e morte da juventude preta e periférica, as mudanças climáticas e suas graves consequências que já não batem mais à porta, mas entram com tudo.

Assim, os agradecimentos por esse reencontro devem ser duplos, senão triplos ou quádruplos. À Comissão Organizadora pelo distinto convite, como é e deve ser praxe, mas sobretudo pela oportunidade singular de nos juntarmos depois disso tudo, nessa reunião para lá de bem organizada, para conversar sobre tantas questões fundamentais que animam EDP's, ESC's, Mesas Redondas,

Plenárias, corredores, cafezinhos e cachaças. E à AGB – Nacional e Sessões Locais – por ter combatido para que a geografia brasileira nem esmorecesse nem abandonasse de todo a acuidade crítica conquistada a duras penas em sua história, mesmo quando imagino o tamanho das dificuldades pelas quais passaram as últimas gestões. Saúdo as companheiras de mesa redonda, Profas. Alexandrina e Ana Fani, ao lado das quais é uma honra estar presente para conduzir as reflexões propostas. Saúdo também os companheiros da Amazônia e do Cerrado brasileiros, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, após as enchentes, que convivem mais de perto com tantas modalidades de uma guerra suja cuja tendência parece ser se amplificar e generalizar. Finalmente, é uma alegria também voltar à USP, ao DG, ao LABUR, reencontrar antigos professores e companheiros de estudo, reconhecer uma vez mais a importância que possuem em nossa formação e mais uma vez dividir questões que apontem um prolongamento futuro da partilha da reflexão.

Parte primeira

Nos dirijamos ao tema. O convite para contribuir com discussão proposta na Mesa Redonda “A geografia histórica do capitalismo e o progresso da barbárie” me levou diretamente à novela curta de Joseph Conrad “Um posto avançado do progresso”, que me havia sido recém-apresentada pelo amigo e professor Marildo Menegat. Escrita após a mesma viagem ao Congo que resultou em “Coração das Trevas”, mais curta e também um pouco mais explícita, a novela trata igualmente dos horrores da colonização – a barbárie do progresso, além da inquietação existencial e regressão de sujeitos

confrontados a contextos de acirramento do sentido dos nossos nexos sociais.

Conrad esteve na África Central por seis meses, quando capitaneou o vapor Ville de Maceio (em homenagem à capital das Alagoas, dos poucos portos ainda considerados exóticos no Atlântico conquistado pelas navegações) no Rio Congo, transportando passageiros e carga, dentre as quais os trilhos da primeira estrada de ferro da África Central, a serviço da Sociedade Anônima Belga para o Comércio no Alto Congo, sediada em Bruxelas, entre 1890 e 1891 (ALENCASTRO, 2008).

Literalmente, o título da novela tem relação com os postos instituídos no processo de ocupação conduzido pelo Rio Congo. Em Matadi (o “Posto da Companhia”), no Baixo Congo, porto fluvial aberto à navegação marítima se iniciava a estrada de ferro que devassou o trecho não navegável do rio até Kinsasha (antes chamado de Leopoldville, o “Posto Central”) de onde se podia navegar até Kisangani (antes chamado de Stanleyville, o “Posto do Interior”), ampliando a logística da exploração colonial (ALENCASTRO, 2008).

A bestialidade dos trabalhos forçados na construção da ferrovia também se fez conhecer (e não apenas por meio das novelas de Conrad) na extração de marfim (em troca do qual os personagens de “Um posto avançado do progresso” vão à ruína) e, posteriormente, do látex, cuja destinação industrial na produção de tubulações, pneus de bicicleta e, antes da virada do século XX, na nascente indústria automobilística associada à concorrência com a produção de seringueira amazônica e asiática culminou num acirramento que incluía sequestro de mulheres e crianças, amputação das mãos daqueles que não conseguiam cumprir a meta de produtividade

exigida e aproximadamente 5 milhões de mortes em um período de menos de 15 anos¹ (ALENCASTRO, 2008; MOREL, 1906).

Metaforicamente, por sua vez e, portanto, o título da novela se referia ao processo civilizatório em curso numa colônia – o posto avançado do progresso – e ao aniquilamento físico, psíquico e social que ele produzira. Numa das passagens do texto mais diretas a esse respeito, um dos dois colonos idiotizados que comandavam o posto avançado diz do outro “Carlier teve um acesso de raiva... e começou a falar da necessidade de exterminar todos os negros para que aquele país se tornasse habitável” (CONRAD, 2008 [1896]). A síntese seria feita posteriormente em *Coração das Trevas* (CONRAD, 2008 [1899]), com o brado brutal “Exterminem todos os brutos!”, bastante conhecido hoje, por dar nome a excelente série documental do cineasta haitiano Raoul Peck (2021). Segundo a interpretação de Luiz Felipe de Alencastro – tomando de empréstimo a análise de Michael Lackey – o extermínio seria uma continuidade lógica do relatório do personagem Capitão Kurtz intitulado “Supressão dos Costumes Selvagens”. Preparar os brutos para a socialização civilizada², incluiria, é claro, submetê-los às incontornáveis leis erigidas ao estatuto de quase naturais da concorrência e da produtividade, como já observamos. Mas, em última instância, sobretudo em casos de resistência à docilização, o extermínio insurgia como desdobramento necessário. Afinal, lei é lei (ALENCASTRO, 2008: 8-9; LACKEY, 2005: 20-41). Por caminhos diferentes, “O genocídio do negro brasileiro” de Abdias do

1 “A conquista da terra, que antes de mais nada significa tomá-la dos que têm a pele de outra cor ou o nariz um pouco mais chato que os nossos, não é uma coisa bonita quando a examinamos de bem perto” (CONRAD, 2008).

2 Alencastro destaca das formulações de Lackey a apreensão de que a passagem do extermine todos os negros para extermine todos os brutos amplifica a desumanização do africano, aprofundando o sentido grotesco da máxima (2008: 8).

Nascimento também sugere o extermínio como conclusão última da chamada aculturação ou civilização (NASCIMENTO, 2016).

Esse horizonte, em si, já seria suficiente para esboçar uma reflexão crítica inicial com relação à barbárie do progresso, ponto de partida do qual se pode desdobrar a reflexão exigida sobre o progresso da barbárie. Contudo, uma vez que Marx (1986, Livro 1, cap. 25) nos ensinou que o segredo que a colônia revela é o da metrópole³, abre-se a possibilidade de refletir sobre a geografia histórica do capitalismo que territorializou essa relação e o sentido unívoco que a conduz, até os dias correntes.

Antes de encerrar essa sessão, uma pequena nota para que não nos esqueçamos da relação genética entre geografia e colonialismo – e possamos conduzir sua autocrítica sempre necessária, para que ela se aprofunde crítica diante das exigências atuais. O chamado Congo Belga fora explorado primeiro durante aproximadamente 400 anos por portugueses. É na Conferência Internacional de Geografia organizada por Leopoldo II, no ano de 1876, em Bruxelas, que a Bélgica abre as portas para a instituição do seu domínio colonial, convidando 40 peritos entre filantropos e científicos destacados por seus conhecimentos geográficos para criar a Associação Internacional Africana, de missão civilizatória e humanitária⁴. Leopoldo II, além disso, contrata secretamente o explorador britânico Henry Stanley que havia se tornado uma espécie de herói em toda Europa por ter desenhado uma rota entre a atual Tanzânia e o Rio Congo – com vistas à que ele terminasse o

3 Crítico da apologia liberal, o raciocínio feito por Marx no capítulo XXV de “O Capital” parte da ideia de que escravismo revela que todo trabalhador, mesmo o dito “livre”, é forçado, para arrematar que a colônia revela o segredo da metrópole.

4 Leopoldo II tem a soberania privada sobre o Congo reconhecida por potências ocidentais em 1885, quando nasce o Estado Livre do Congo, transformado em colônia belga em 1908. Torna-se independente em 1960, passando a se chamar República Democrática do Congo.

mapeamento da África Central e submetesse líderes locais ao doce comércio de que falara Marx⁵. Civilizar e humanizar em algum momento foram outra coisa que não impor o comércio de mercadorias, incluindo até mesmo vender gente como mercadoria?

A geografia humana que fundou esse departamento – também ele um “Departamento francês de ultramar”, como sugeriu um crítico (ARANTES, 1994) – e que se dedicaria a pensar a geografia histórica da nossa formação colonial tinha, não por acaso, como base justamente essa noção de colonização. Numa síntese que pode ser apreendida nas palavras de Max. Sorre, a expansão do ecúmeno ou o alargamento da humanização sobre a superfície da terra (SORRE, 1984), como vimos, nem que fosse, às vezes até literalmente, mas não só, varrendo do mapa todos e quaisquer “outros” (NOVAIS, 1979). Quem é que eram os brutos?

Parte segunda

O assunto sugerido para essa mesa propõe pensarmos a geografia histórica do capitalismo, no contexto mais geral da temática do evento, geo-grafando para construir o Brasil. E por falar em departamento francês de ultramar, fora justamente a conjunção entre os dilemas da formação nacional e as consequências das desigualdades territoriais do desenvolvimento capitalista que animaria as reflexões que constituíram o pensamento social uspiano (ARANTES, 1992; 1994). Os esforços críticos à explicação dualista que imaginava uma coexistência entre setores arcaicos e modernos, supostamente responsável pelas principais mazelas da sociedade, da

5 “Ao lado de outros escritores, jornalistas e empresários, tal como Cecil Rhodes, agindo na África Central e Astral, Stanley aparecia como um dos arautos da supremacia ocidental sobre os africanos” (ALENCASTRO, 2008: 7-8).

pobreza excludente ao subdesenvolvimento movido pela indisponibilidade para o reinvestimento ou de uma oferta adequada de trabalhadores, organizariam boa parte dessas reflexões (aqui há uma lista de referências tão grande que a torna impossível de ser indicada, ainda que não se possa deixar de fazer menção ao menos a quem definiu esse problema de maneira clássica, a saber, OLIVEIRA, 2003).

Dissecar seus vários caminhos seria impossível no nosso curto espaço de tempo, mas há uma enorme fortuna crítica que permite tomar contato com tal “Sentimento da dialética” (ARANTES, 1992). Em poucas palavras, o cerne da crítica do dualismo consistiria em uma problematização 1) que não vê os chamados setores arcaicos como impedimento para o desenvolvimento capitalista, senão o contrário; 2) que atribui ao colonialismo e sobretudo ao seu prolongamento imperialista uma drenagem externa constante dos proventos que bloqueia sua aplicação no desenvolvimento das forças produtivas nacionais e, com ele, bloqueia o desenvolvimento interno das relações de produção; 3) que vincula as relações de trabalho e as formas de exploração não salariais à modalidades de mais-valia absoluta e superexploração e não à permanência de formas pré-capitalistas; 4) que da mesma maneira entende a incorporação dos fundos territoriais periféricos como momento central da acumulação primitiva do centro, de modo que tais fronteiras não tenderiam à extingüibilidade, mas sim à recriação (uma leitura crítica, acompanhada da sistematização dessa tradição, eu formulei na minha tese de doutorado, cf. LEITE, 2015). De maneira muito sintética, desenha-se já com esse pequeno esquema uma geografia histórica que contornou as principais explicações no nosso campo de estudos, consideradas nuances entre a teoria da dependência, do

desenvolvimento desigual e combinado, a teoria marxista da dependência, dentre outras escolas.

Grosso modo, essa interpretação contornada pela apresentação de processos de expansão e expropriação, da formação de desigualdades, da exploração e das suas consequências políticas, do autoritarismo às várias formas de luta de classes, deve ser saudada por ter possibilitado análises críticas do populismo, do nacionalismo, do desenvolvimentismo, do planejamento, em suma, do reformismo que seguiria se desviando do enfrentamento teórico e crítico de contradições que são próprias à reprodução do capital e seus nexos territoriais (uma síntese que recupera tais elementos consolidamos coletivamente em BOECHAT, 2022; em prefácio, MENEGAT, 2022 dá a eles destaque).

Não se pode esquecer, sem embargo, do sujeito oculto, quase não tematizado, que, não raro, as leituras mais ligadas à crítica da desigualdade e das condições para a sua formação deixavam escapar (cf. BOECHAT, 2022; MENEGAT, 2022; 2024). Como dissemos no início, nos dizeres de Marx, o segredo que a colônia revela é o da metrópole e há algo nas relações de troca não tão explicitamente desiguais (ou violentas) que mobiliza e dá sentido à essa forma de reprodução social brutal. Na teoria moderna da colonização, o capítulo 25, que fecha o primeiro livro de “O capital”, Marx retoma um assunto central do início da obra, que começa com a mercadoria, o processo de troca, o dinheiro, passando pelo processo de trabalho, pelas formas da mais-valia, pela jornada, para chegar à reprodução do capital, da simples à ampliada, e sua lei geral, e, quase por último, discutir a acumulação primitiva que botou essa história em curso, nas metrópoles e nas colônias (MARX, 1986).

Desdenhando da história de um pobre colono da Nova Inglaterra contada de forma chorosa pelo teórico da colonização sistemática Wakefield, dispara Marx que “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, mediada por coisas” numa formulação muito, mas muito semelhante à que ele faz logo no primeiro capítulo do livro, quando apresenta o fetichismo da mercadoria como “uma relação social entre pessoas, mediada por coisas” naturalizada a ponto de virar do avesso a relação entre quem pensamos ser o sujeito e quem pensamos ser o objeto dessa forma de reprodução social (MARX, 1986, Livro 1, cap. 25).

E não é que não tenham havido intuições e formulações desse problema nas análises brasileiras dessa geografia histórica. Inclusive a contrapelo da hegemonia inaugural da geografia francesa nesse departamento, como nos ensinou o historiador e geógrafo Caio Prado Jr., um dos fundadores da AGB, argumentando que a produção mercantil seria o verdadeiro sentido da colonização (PRADO JR., 1979). Nem civilização, nem domínio, à moda dos romanos ou algo que o valha, mas, sim, a imposição de uma (tauto)lógica do dinheiro, o deus estranho que “com um empurrão e um chute” colocou abaixo todos os velhos ídolos da Europa e seu antigo regime (MARX, 1986, Livro 1, cap. 24). Oras, haveria, portanto, um objeto central da crítica que não poderia ficar limitado a um problema de distribuição da riqueza – seja entre centro e periferia, seja entre capitalistas e trabalhadores – tendo de envolver também e sobretudo a própria forma de produção da riqueza, a produção mercantil, a produção do valor, a transformação incessante de dinheiro em mais dinheiro e seu caráter ensimesmado, ao mesmo passo teológico e teleológico, e abstrato, indiferente e por isso mesmo destrutivo. Destrutivo inclusive dos “diferentes”, que a racialização e a formação do

patriarcado que constituem uma totalidade com a forma valor cumpriram o papel de produzir, isso para não falar da destruição da natureza e, na prática, do planeta, cuja forma sem limites hoje conhecemos bem (a referência central aqui é a crítica do valor-dissociação, que tem entre seus expoentes Robert Kurz, Roswitha Scholz e, a sua maneira, também Moishe Postone, cujas críticas vimos estudando há mais de vinte anos no LABUR/USP e em outros espaços desdobrados e correlatos – importante fazer menção a “Revista Exit!”, alemã, e ao site português “O beco online” dedicado a tradução do debate). Nos perguntar seriamente sobre a categoria de igualdade exige necessariamente pensarmos sobre isso, mas o raciocínio também propõe que nos perguntemos o que é dinheiro, como insistiu muitas vezes Carlão [Carlos Almeida Toledo] ontem, noutra mesa desse evento [Mesa Redonda 11: Dinâmicas Socioespaciais no território brasileiro: um balanço do Censo 2022].

Parte final

Há outras questões ainda sobre os limites dessa formulação crítica (do dualismo) que viemos discutindo. Num sentido muito preciso, essa que foi a principal leitura da geografia histórica do capitalismo desenvolvida no Brasil sempre esteve mais vinculada à geografia do que a algo que possamos chamar de historicidade da contradição em processo do desenvolvimento capitalista. Dizemos isso porque a expressão territorial da desigualdade esteve no cerne das diferentes interpretações conectadas naquele mesmo campo, como dá notícia a presença absolutamente frequente dos pares antagônicos “centro e periferia”, “primeiro e terceiro mundo” ou até do mais recente “norte e sul globais” – que se pretende mais

decolonial, mas é igualmente herdeiro do raciocínio que citamos antes.

Mas é claro que a nossa apreensão não passa apenas pela força que as formulações espaciais tiveram nas leituras mais hegemônicas da geografia histórica do capitalismo, que foram feitas no Brasil – força que não é, em si mesmo, um problema. Melhor dizendo, a questão seria mesmo a interpretação histórica e da história que esse campo entregou. Dito em uma frase: uma interpretação histórica e da história em que a formação apareceria como eterno devir. Sempre estivemos fadados à nossa incompletude, a certa ideia de falta, de “ainda” não, o que explicaria nossa verdadeira obsessão pelo tema da formação (do país, do povo, das relações capitalistas, do desenvolvimento, das categorias, cf. ARANTES, 1992). Eu inicio comumente meus cursos de Formação Econômica e Territorial do Brasil mostrando aos estudantes quantos livros do pensamento social brasileiro foram escritos justo com a palavra “formação” no título. E o próprio mote da nossa conferência “Geografando para construir o Brasil”, não deixa de pagar seu tributo precisamente àquela interpretação – nem mais nem menos. Mas se a consciência amena do atraso, nas palavras de Antonio Candido (1989), era geral e a formação nacional, sempre um devir, o país acabava, nove fora, contraditoriamente por aparecer como eterno país do futuro, como notou Paulo Arantes (2023), no importante ensaio “A fratura brasileira do mundo”, que hoje completa 20 anos, e todos nós de uma forma ou de outra sabemos, porque é o que diz um dos nossos slogans mais populares.

A questão é que parece que quando finalmente é chegada a esperada hora do nosso encontro marcado com o futuro, o devir inverte seu sinal. E é isso que as inúmeras teses sobre a

brasilianização do mundo sugerem, nosso heroico país como referência central para pensar a catástrofe que se avoluma e vai varrendo tudo ou quase tudo, dessa vez da periferia para o centro, levando consigo um mundo do trabalho estruturado, direitos sociais adquiridos, democracia, monopólio da violência, qualquer horizonte de Welfare e outras conquistas a que prezamos tanto que às vezes nos esquecemos que também elas foram produtos da sangria desatada da barbárie colonial (ARANTES, 2023; MENEGAT, 2023).

Essa virada que nos coloca (de novo) estranhamente na posição de vanguarda – eu digo de novo porque críticos agudos já haviam notado que a colônia também fora vanguarda das relações que se desenvolviam na metrópole, lócus onde a generalização da mediação da mercadoria se deu tão profundamente que até gente se comprava e se vendia (MARX, 1986; PRADO JR. 1979; NOVAIS, 1979). Retomo, essa virada nos coloca de novo na posição de vanguarda justamente quando parece, nas palavras de Roberto Schwarz (1999), que o Fim de Século chegou ou que há um fim de linha do nosso eterno devir de se completar. E, mais que isso, a nossa completude aparece, negativa, com a própria linha de chegada se movendo em direção a um precipício de socialização negativa alargada (cf. KURZ, 2014).

Assim que isso nos exige retomar mais que nunca a parte histórica daquela nossa leitura da geografia histórica do capitalismo, pra acertar as contas com uma ideia de formação, superação, desenvolvimento positivo das contradições (que levou muitos intelectuais a pensar que o famoso acirramento das contradições era bem-vindo, porque representava a antessala da revolução), para acertar as contas com nosso complexo de inferioridade, com a ideia de falta ou de atraso, porque agora estamos na frente – ou, melhor

dizendo, bem no olho do furacão, no meio do redemunho, como disse o poeta (ROSA, 2007). E esse acerto de contas exigiria repensar como é que compreendemos até agora a contradição em processo do desenvolvimento capitalista. E fazer isso em favor de uma “Dialética negativa” (ADORNO, 2009; SCHOLZ, 2010), que nos permita entender como é que o próprio incremento constante das forças produtivas imposto fetichistamente pela concorrência vai minando as condições de reprodução do capital, a exploração de mais e mais trabalho vivo, que vai sendo jogado fora do processo produtivo, produzindo, por um lado, uma crise do trabalho e, por outro, a ficcionalização da reprodução do capital (cf. KURZ, 2014) – dando aqui uma explicação muito, muito simplificada do mecanismo que confere ao capital um caráter imanentemente crítico, como sugeriu o próprio Marx, e a crítica do valor-dissociação tem buscado problematizar já há mais de trinta anos, inclusive nesse departamento (TOLEDO *et al.*, 2012).

Ainda mais porque, agora que já alcançamos o fim ou talvez já estejamos depois do fim (CATINI; OLIVEIRA, 2018), e ainda estamos aqui, a barbárie parece ser definitivamente a única coisa que ainda avança, ou talvez mesmo essa ideia possa revelar resquícios da nossa má consciência progressista, ainda que seja inegável sua generalização a olhos vistos: uma sociedade de crise do trabalho avançada, sem salário, ainda que com (algum) dinheiro, porque permanente e estruturalmente dependente de crédito e endividada, em que a rolagem de dívidas envolve Estados, empresas e família, dito no linguajar individualista da microeconomia, mas claro que mais dramaticamente as famílias, cujos membros chegam a suicidar-se por conta da insolvência, como denunciam os jornais; uma sociedade militarizada, policializada, carcerária e carcereira

que confina de refugiados a periféricos, generalizando a forma campo, que encarcera no gueto, na quebrada, em abrigos e, é claro, como não poderia deixar de ser, aos montes, no cárcere; uma sociedade em que as bolhas financeiras movem no seu auge uma devastação nunca antes vista, que foi capaz de transformar um Brasil numa grande plantação sojeira, cercada, envenenada, cuja água foi suja e/ou privatizada e o novo agronejo canta as máquinas, porque pessoas são expulsas pra não se ver mais; uma sociedade em que o fechar as contas da acumulação se futuriza, onde se hipoteca o amanhã pra seguir com a devastadora produção mercantil hoje e não é à toa que os remédios tarja preta se tornaram uma verdadeira epidemia, já que nessa relação estrutural me parece impossível não padecer de ansiedade, ainda mais todos nós empurrados à terrível posição de “empreendedores das nossas próprias misérias”; uma sociedade em que as novas formas de organização criminosa já incluem a prática sistemática de feminicídio, a ideia de que há uma verdadeira cruzada de limpeza social a ser feita, em que até o consumo ritual de carne humana é incitado, como fazem os Zetas, em Tabasco, no México – será a concorrência brutal, cruenta, de crise, levada às últimas consequências para o comércio internacional de commodities, a promover literalmente o “comendo uns aos outros”?; uma sociedade em que nas fossas abissais mais profundas conhecidas pelo homem os animais foram encontrados contaminados por micro plástico, o que daria um bom mote pra conversar sobre o petróleo, sobre as mudanças climáticas, a transição (ou será transação?) energética, o derretimento do permafrost, a novas pandemias que estão por vir – e, porque não, mais uma vez, sobre o sentido da produção de mercadorias e do dinheiro como mediação social geral.

Mas como se tornou completamente impossível desfiar até o fim esse rosário de contas trágicas que já não tem fim, paro por aqui para fazermos mais um adendo, uma última volta no pensamento que ainda merece ser destacada. Levando a sério uma pergunta sobre “Que horas são?” (SCHWARZ, 1987) que os críticos não devem nunca deixar de lado, talvez já seja insuficiente continuarmos insistindo apenas na conexão intrínseca entre barbárie e progresso – essas filhas diletas da verdadeira bestialidade que é modernização capitalista. E insuficiente sobretudo num momento em que o progressismo, o último bastião contra a extrema-direita, supostamente, já não consegue conter a sangria desatada da catástrofe que até a pouco vinha sendo gerida – em um equilíbrio para lá de frágil, agora sabemos – com crédito por cima de crédito, por cima de mais crédito ainda. E que a direita mais que espreita. Ela hoje se infiltra, penetra, até ao nível das subjetividades, na sociedade inteira. E que parece ser exclusivamente a direita quem confronta o progresso – e não mais nós, que há muito deveríamos ter puxado o freio de mão dessa maldita locomotiva, como postulou Walter Benjamin (LÖWY, 2019).

Assim que há muito o que fazer – e nós e a AGB temos decisivamente, se não esse papel, esse problemão nas mãos, de contrariar a extinção do pensamento crítico porque o cenário aponta de maneira bastante verossímil para outra extinção que pode ser dos povos indígenas, dos brancos e até do planeta como um todo, como Krenak (2019) e Kopenawa (2015) vem nos tentando fazer “cair na real” já faz um tempo. Ainda mais agora que a devastação passa a dar sinais de irreversibilidade e nunca se falou tanto em ponto de não retorno (chega, por fim, o último posto avançado do progresso),

sobretudo considerado o tópico nada irrelevante das mudanças climáticas.

O processo sobre o qual raciocinamos até aqui, culminado pelo auge da barbárie do desenvolvimento técnico (que muitos abordam como se fosse neutro) que são as armas de fogo, hodiernamente se conjuga ainda com as novas inteligências artificiais, criando forças produtivas com grau de destrutividade cada vez mais elevado (e por falar na Ucrânia ou em Gaza...). Portanto, o impacto das IA's na substituição de postos de trabalho ainda existentes pode ser só o começo de uma longa história que passa pelo alargamento plataformizado da inflação das bolhas financeiras à grilagem digital e pode terminar (com a vida de inúmeros) no novo lombrosianismo de fim de linha com drones teleguiados baseados em reconhecimento fenotípico que matam... advinha quem?

Nesse momento especialmente grave, interessa levar a sério a hipótese de que as IA's possam representar um grau último de autonomização do capital na sua forma de capital fixo autômato. Grau último de autonomização do capital, cuja racionalidade fetichista porque abstrata, é sangrenta – e nossa geografia histórica não tem deixado de mostrar.

Encerro aqui com uma breve notícia de jornal que parece representar bem a decisiva encruzilhada histórica em que nos encontramos. Cito: “Uma mulher ficou presa dentro de um carro da marca Tesla durante o tempo em que o sistema operacional do veículo era atualizado automaticamente. Enquanto a temperatura no interior do carro alcançava o equivalente a quase 40° C, ela postou um vídeo da situação nas redes sociais dizendo: ‘estou presa aqui,

assando como um frango”. Disse ainda que não usaria a abertura de emergência com medo de danificar o veículo”⁶.

Já se houve soar o alarme de incêndio, e como reconhece com lucidez a amiga Carolina Catini, na orelha de um livro com o título para lá de sugestivo “Cada um por si, Brasil contra todos” (cf. CATALANI, 2025) apesar da enorme desproporção entre as nossas capacidades de pensamento, imaginação e prática política e o que devemos enfrentar, só temos a nós mesmos para parar – urgentemente parar – essa incessante “Vitória da economia sobre (e contra) a vida” (KURZ, 1996).

Referências

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. São Paulo: Zahar Editores, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Posfácio. CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia de bolso, 2008.

ARANTES, Paulo Eduardo. *A fratura brasileira do mundo*. Visões do laboratório brasileiro da mundialização. São Paulo: Editora 34, 2023.

_____. *Departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CATINI, Carolina de Roig. Texto da orelha. CATALANI, Felipe. *Cada um por si, Brasil contra todos*. São Paulo: Peixe-elétrico Ensaios, 2025.

⁶ “Mulher diz ter ficado presa dentro de Tesla sob temperatura de 39°”, IG Carros, 07 de maio de 2024. Disponível em: <https://carros.ig.com.br/2024-05-07/mulher-diz-ter-ficado-presa-dentro-de-tesla-sob-temperatura-de-39.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

_____; OLIVEIRA, Renan. *Depois do fim*. Documentário, BRA, 2018.

CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia de bolso, 2008 [1899].

_____. Um posto avançado do progresso. CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia de bolso, 2008 [1896].

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. A vitória da economia sobre a vida. Como o mundo está a ser destruído pela eficiência da economia empresarial. Revista Exit!, 1996, tradução José Marcos Macedo, 1996. Disponível em: <https://www.obeco-online.org/rkurz.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.

LACKEY, Michael. The moral conditions for genocide in Joseph Conrad's "Hearth of Darkness". *College Literature*, v. 32 (1), Baltimore, 2005, p. 20-41.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. Tese. Doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

LÖWY, Michael. *A revolução é o freio de emergência: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Coleção "Os Economistas". São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MENEGAT, Marildo. Chegando na hora para o desmoroamento do mundo. ARANTES, Paulo Eduardo. *A fratura brasileira do mundo*. Visões do laboratório brasileiro da mundialização. São Paulo: Editora 34, 2023.

_____. A sombra lançada pelo valor. BOECHAT, Cássio Arruda (Org.). *Os sentidos da modernização: ensaios críticos sobre formação nacional e crise*. Vitória: EDUFES, 2022.

MOREL, Edmund Dene. *Red rubber: The history of the rubber slave trade flourishing on the Congo in the year of the grace 1906*. London: Thomas Fisher Unwin, 1906.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PECK, Raoul. *Exterminem todos os brutos!* Série documental, EUA, 2021.

PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SORRE, Max. Migrações e mobilidade no ecúmeno. MEGALE, Januário Francisco (org.). *Max. Sorre*. São Paulo: Ática, 1984.

SCHOLZ, Roswitha. Forma social e totalidade concreta. Na urgência de um realismo dialético hoje. *Revista Exit!*, v. 6 (1), 2009, tradução Boaventura Antunes e Virgínia Saavedra, 2010. Disponível em: https://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Fronteira, 2007.

TOLEDO, Carlos Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda; HEIDEMANN, Heinz Dieter. Vinte anos de um grupo de estudos do LABUR – Crise e crítica do sistema fetichista produtor de mercadorias e da modernização retardatária brasileira. *Revista do Departamento de Geografia*, volume especial RGD 30 anos (1), São Paulo, 2012, p. 154-170.

Submetido em 01/11/2024

Aceito em 14/03/2025